Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: O PAPEL ÉTICO IMPOSTO À POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO COLONIAL E CAPITALISTA BRASILEIRA

VIVENCIAS, MEMORIAS Y RESISTENCIA: EL PAPEL ÉTICO IMPUESTO A LA POBLACIÓN NEGRA EN LA SOCIEDAD DE EXPLOTACIÓN COLONIAL Y CAPITALISTA BRASILEÑA

Rafael Oliveira

Graduando em filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), organizador do Grupo de Estudos Coloniais Críticos (GECC-UECE), membro do Grupo de Estudos Sartre (GES-UECE).

Kaio Ximenes

Graduando em filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), membro do Grupo de Estudos Coloniais Críticos (GECC-UECE).

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

RESUMO

Ao explorarmos com maior atenção o papel imposto à população negra na história da sociedade capitalista e colonial brasileira, nos deparamos com falsos discursos e narrativas que são empurrados na vida dessas pessoas, com a transformação delas em um meio para o crescimento da classe dominante, por meio da exploração de sua força de trabalho. Em vista desse quadro, surge a dúvida: como a população negra, moradora das favelas e comunidades urbanas, ambientes ditos como resistência ao orgânico por Antônio Bispo dos Santos, enfrenta esses mecanismos de opressão, e como se articula para esse fim? Para pensar essa questão, o percurso realizado por essa pesquisa busca compreender as situações e formas de enfrentamento dessa população, passando pelas trajetórias, pensamentos e ideias de Antônio Bispo dos Santos, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez; e, simultaneamente, pela música, sendo esta uma das diversas formas de expressão de resistência do negro no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

População negra; Memória; Colonialismo; Racismo; Resistência.

RESUMEN

Al explorar con mayor atención el papel impuesto a la población negra en la historia de la sociedad capitalista y colonial brasileña, nos encontramos con discursos y narrativas falsas que se imponen en la vida de estas personas, convirtiéndolas en un medio para el crecimiento de la clase dominante, mediante la explotación de su fuerza de trabajo. Ante este panorama, surge la pregunta: ¿cómo la población negra, que vive en las favelas y comunidades urbanas, entornos calificados como resistencia a lo orgánico por Antônio Bispo dos Santos, enfrenta estos mecanismos de opresión y cómo se articula para este fin? Para reflexionar sobre esta cuestión, el recorrido realizado por esta investigación busca comprender las situaciones y formas de enfrentamiento de esta población, pasando por las trayectorias, pensamientos e ideas de Antônio Bispo dos Santos, Clóvis Moura y Lélia Gonzalez; y, simultáneamente, por la música, que es una de las diversas formas de expresión de la resistencia de los negros en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Población negra; Memoria; Colonialismo; Racismo; Resistencia.

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: O PAPEL ÉTICO IMPOSTO À POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO COLONIAL E CAPITALISTA BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

Antônio Bispo dos Santos, pensador quilombola brasileiro, conhecido pela criação e compartilhamento do pensamento contracolonial, [28]durante toda a sua vida visitou e confluiu com diversas comunidades quilombolas, indígenas e comunidades de resistência ao sintético nas cidades. Para o autor, as cidades são o oposto da mata, um ambiente artificializado e humanizado; qualquer outra vida que tenta viver nas cidades e que não seja o humana deve ser destruída. A estrutura das cidades é elaborada para atacar aquilo que é orgânico, buscando o reinado do sintético, tendo como base a cosmofobia[29]. No entanto, ao visitar as cidades, onde há um sistema cruel de armazenamento, desconexão, expropriação e extração desnecessária, o autor se deparou com comunidades de resistência ao sintético, comunidades que plantavam o orgânico.

> Nunca tive paixão nenhuma por Copacabana, para mim Copacabana é uma coisa de plástico, um brinquedo descartável. A parte sintética do Rio, para mim, é descartável. Hoje quando vou ao Rio de Janeiro, vou à favela da Maré, ao complexo do Alemão, à favela do Pereirão e me sinto bem. Sou bem recebido em cada uma delas. Eu me sinto bem ali onde há cheiro de gente, onde há coisas que ainda são orgânicas e onde a língua é continuamente adestrada (Santos, 2024:28).

As favelas, feiras e terreiros, para o autor, simbolizam um enfrentamento direto ao pensamento dominante, que possui como força motriz o adestramento do que não se assemelha com o humano. Isto é, o indivíduo que reproduz os valores cristãos monoteístas e eurocêntricos, a lógica do dinheiro e a expropriação e exploração dos seres vivos. Isso é o que significa, para ele, ser humano. [30]Aqui, Bispo enfatiza que

[28] De acordo como o Glossário do Pensamento Contracolonial Brasileiro elaborado pelo Nonada Jornalismo, "A contracolonialidade busca desmantelar as opressões experimentadas pela sociedade desde a invasão dos colonizadores em terras habitadas por povos afropindorâmicos, ou seja, populações indígenas, negras, quilombolas e mais" (Nonada Jornalismo, 2024: 45). Nêgo Bispo também explicava que por ser quilombola foi colonizado inclusive pela sociedade brasileira, assim não pode se decolonizar, mas enfrentrar e contrariar o colonialismo por meio do contracolonialismo.

[29] Em artigo publicado pela Revista Calundu a cosmofobia foi descrita como: "certa perspectiva acerca dessas relações entre o conhecido e o desconhecido, perspectiva pautada pela fobia ou terror ao cosmo, que caracterizaria o mundo chamado moderno" (Santos; Goldman, 2024:91).

[30] Diz nego bispo sobre o humanismo em *A terra dá a terra quer*: "Humanismo é uma palavra companheira da palavra desenvolvimento, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza" (Santos, 2024:30).

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

colonizar e adestrar trata-se da mesma coisa: "afinal, tanto o colonizado quanto o adestrador começam por desterritorializar o ente, quebrando sua identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e atribuindo-lhe outro nome" (Oliveira; Ximenes; Aquino, 2025). Tal ação também faz com que o colonizador seja o outro para o colonizado. Assim, colonizar se trata principalmente em apagar uma memória para que outra possa ser colocada em seu lugar. Para se defender desse processo, o autor sugere a semeação de palavras, um ato que consiste em adentrar na língua do colonizador, enfeitiçá-la a fim de que sejam faladas palavras que o próprio colonizador não consiga falar, que ele não entenda ou as reproduza. Bispo usa exemplo as favelas, onde a população "preenche a língua com palavras potentes que o próprio colonizador não entende" (Santos, 2024:14), barrando e enfrentando a reprodução dos valores da população colonizadora.

Se levarmos em conta o último Censo do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a maioria da população que reside em favelas e comunidades periféricas urbanas é negra. [31]Para o IBGE, as favelas e comunidades urbanas se constituem de territórios com alto índice de residentes, no qual há insegurança jurídica da posse das moradias e os serviços públicos são escassos, precários ou ausentes, além de que a manutenção da estrutura é feita pela própria população sem muitas vezes terem o apoio do Estado. O Censo explica que 72,9% das pessoas que vivem em favelas são negras (10,2% da população é preta e 56,8% são pardos), [32]superior à porcentagem de pessoas negras no Brasil, onde juntos, negros (10,2%) e pardos, (45,3%), somam 55,5%. Em comparação, a população branca que reside nas favelas responde a 26,6%; já no Brasil essa porcentagem aumenta para 43,5%. A estrutura e os métodos usados pelo IBGE para fazer tais aferições devem ser alvos de questionamentos, como por exemplo na questão do termo "pardo" [33]e na autodeclaração, já que comumente pessoas negras inseridas em determinados valores passam a rejeitar serem consideradas negras, ou em outros casos, pessoas que mesmo tendo a cor de pele mais clara passam a não se

[31] O IBGE entende negro como pretos e pardos, no entanto não compreende indígenas e seus descendentes como pardos, o que vem gerando muitas discussões acerta do termo.
[32] As informações coletadas pelo IBGE são baseadas dentro da ideia, percepção e identidade que o sujeito declara ao entrevistador, não necessitando a comprovação documental.
[33] Quando levamos em consideração a constituição étnico-racial brasileira, boa parte dos pardos são pardos pela mestiçagem que ocorreu com os povos indígenas e pela violência disseminada pelo sistema administrativo, educacional e religioso.

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

considerarem negras por não sentirem fortemente o racismo. No entanto, não podemos negar a disparidade dos números que evidenciam uma desigualdade étnico-racial presente na estrutura das cidades brasileiras. Assim, diante do que foi exposto, esse artigo busca analisar o papel historicamente imposto à população negra na sociedade brasileira, marcado por diversos discursos e narrativas falsas que possuem o objetivo de instrumentalizar essa população ao bel-prazer da população dominante e na manutenção das suas estruturas de dominação. Questiona-se aqui como essa população enfrenta e resiste a tais mecanismos, levado em consideração o número de pessoas negras que residem nas favelas, periferias, comunidades urbanas, que, como diz Antônio Bispo dos Santos, se constituiria em organismos nas cidades que enfrentam a sinteticidade e a cosmofobia. Para pensar tais questionamentos, percorrem-se as contribuições de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez,
além de expressões culturais de resistência, com foco na música produzida por essa população.

1.A ESTRUTURA DE OPRESSÃO E A POPULAÇÃO NEGRA

Para entendermos melhor os mecanismos de retaliação, teremos inicialmente que percorrer duas obras. A primeira é *Dialética radical do Brasil negro* (1994), onde o pensador baiano Clóvis Moura, como em outros textos, seguirá com o trabalho de pensar o escravismo no Brasil, onde terá como grande colaboração a ideia da caracterização do período da escravização brasileira como um modo de produção, seguindo também com as críticas aos intelectuais, mesmo os de esquerda, que prosseguissem com teses baseadas no pensamento dos cientistas sociais liberais brasileiros, ou que, de algum modo, não reconhecesse o negro como agente político na história do Brasil. Influenciado por Caio Prado Jr, o pensamento marxista segue em seus escritos desde o primeiro livro publicado, *Rebeliões da Senzala* (1959), no qual realiza uma análise das rebeliões negras durante a escravização no Brasil, e não seria diferente em *Dialética radical do Brasil negro*. Como diz o professor Dennis de Oliveira (2014: 15) no Prefácio à segunda edição do livro:

> Não se trata apenas e tão-somente de uma obra de reflexão sobre as relações raciais no país, mas sim de uma proposta teórico-conceitual sofisticada de pensar o Brasil. Isto porque Moura tem a preocupação de estudar a dinâmica das relações raciais como elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira.

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

O autor não tem a pretensão de entender a história como uniforme, perfeita e linear, tampouco de compreender que o escravismo teve as mesmas características ao longo dos seus quase quatro séculos. Muito pelo contrário, realiza fortes críticas aos autores que assim enxergam e concebem as particularidades como universais. Assim, Clóvis se lança para compreender o escravismo em dois períodos: 1) O período do escravismo pleno, que começou por volta de 1550 e que durou até 1850 com a lei Eusébio de Queiroz. Clóvis, apresenta esse período como o domínio total do sistema de escravização que era a base de toda a economia na produção de cana-de-açúcar e café e na mineração, tendo um forte controle e repressão do escravizado (negros, indígenas e seus descendentes). Diante disso, havia um conflito constante entre o senhor e o escravizado. Este último não pode ser compreendido como passivo ou conformado, mas um agente que buscou resistir à repressão contra ele realizada. 2) O escravismo tardio teria tido início com a lei Eusébio de Queiroz, que proibiu todo o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas para o Brasil, onde o Reino Unido pressionou o país em relação ao fim do tráfico de pessoas negras, pois o capitalismo industrial não se encaixava no sistema escravista, mesmo que a Inglaterra tivesse interesse no escravismo para si. Isso levou o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, a propor a lei para que o Brasil tomasse a iniciativa proibir definitivamente o tráfico transatlântico de escravos africanos para o país, ao mesmo tempo que direcionasse recursos para projetos como criação de ferrovias, havendo assim uma transição do modo de produção escravista a um capitalismo dependente das grandes potências industriais mundiais, particularmente a Inglaterra. No entanto, se a lei foi considerada um passo para a abolição, ela intensificou o comércio de pessoas escravizadas dentro das fronteiras do país, bastante comum entre o Nordeste para o Sudeste cafeeiro, aumentando o valor do cativo como mercadoria. Bem como segregou a população de ex-escravos negando o direto à posse de terras. [34]Assim, não houve uma aliança entre burguesia e classe proletária para a realização de transição das estruturas arcaicas para

[34] Diz Dennis Oliveira: Além disto, vislumbrava-se neste projeto a segregação de negros e negras ex-escravizados como população marginalizada negando-lhes o direito à posse da terra (garantido com a promulgação da Lei de Terras, no mesmo ano de 1850, que transforma a posse da terra de concessão em propriedade privada, praticamente "congelando" a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos) e também ao trabalho assalariado, que começava a se fortalecer com o nascente capitalismo, com a política do branqueamento posta em prática com o incentivo à imigração" (Oliveira, 2014: 16).

uma modernização. Pelo contrário, permaneceu a superexploração de trabalho e a marginalização e exclusão dos trabalhadores. Para Clóvis Moura, o racismo não deveria ser considerado como restos ou fragmentos que sobraram de uma sociedade ultrapassada, mas que seguiria como elemento central para o capitalismo.

Na segunda parte denominada *População, miscigenação, identidade étnica e racismo*, o autor explica que a visão de que a colonização realizada pelos países europeus a partir do século XV não pode ser vista apenas do ponto de vista romântico de uma jornada em busca de expansão geográfica e domínio de novas rotas comerciais. Isso porque se trata de uma visão que não leva em conta a violência exercida pelos colonizadores durante esse processo, sendo, para Moura: 1) complicador étnico ao introduzir violentamente nas áreas colonizadas o africano, tanto para dinamizar de maneira demográfica essas áreas, quanto para consolidar efetivamente esses territórios com o seu duro trabalho escravo; 2) mutilador e estrangulador cultural ao impor de maneira violenta (seja direta ou indiretamente), sua moral, valores, padrões e costumes de sua cultura, seja na ameaça de morte e até na evangelização através da catequese, sendo a igreja de importante papel nesse período. Esse processo gerou um grande traumatismo, uma ferida no plano social, onde os nativos africanos eram alocados nos trabalhos considerados mais inferiores pelos valores da época. Isso se deu porque, segundo Clóvis, teria ocorrido uma divisão, rígida e quase inquebrantável, do trabalho que colocava as populações nativa e africana nos patamares mais baixos da escala social, havendo assim a imposição da servidão e escravidão. Para entender como esse processo ocorreu no Brasil, se torna de bastante relevância entendermos como se deu o escravismo na metrópole, Portugal, já que, para Clóvis, a estrutura do escravismo no Brasil se constituía de uma extensão do exercido no território português.

Portugal, diferentemente das demais potências coloniais, como a França, Inglaterra e Holanda, realizou relações de exploração colonial-escravista em seu próprio território, por motivos de decadência econômica e demográfica. Assim, o país realizou um colonialismo endógeno. Isto é, com uma população trabalhadora insuficiente, consequentemente pela expansão marítima, os negros eram para lá levados violentamente e alocados nas mais inferiores camadas sociais:

> Esse colonialismo endógeno surgiu da necessidade de Portugal repor os braços para o trabalho, subtraídos pelas guerras e aventuras, bem como da

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

> ocupação das colônias. E o negro africano foi levado e escravizado para suprir esse vácuo demográfico (Moura, 2014: 178).

Para o autor, mesmo os dados coletados dos registros de Vitoriano Magalhães[35] sobre os números de escravos levados ao país não seriam conclusivos. Os registros apontam para aproximadamente 140.000 humanos, podendo chegar até 150.000, isso no período de 1448 até 1505 (Moura, 1994). O sistema colonial português, por ter hierarquizado etnicamente as populações (e não por ensejar a miscigenação), foi um desarticulador étnico. A miscigenação estaria então subordinada a uma escala de valores, onde os negros, indígenas e outras populações que eram consideradas inferiores, eram destinadas ao trabalho escravo. Assim, mesmo que não se possa falar de um modo de produção, a escravização em Portugal advinha desde aproximadamente 1383, quando, "dinamizando a economia portuguesa, exigirá trabalho compulsório nas construções e outros tipos de atividades" (Moura, 1994: 130). Após isso, o sistema de colonização português passou a exigir maior intensidade de população escrava não mais em seu território, mas em suas colônias no continente americano. Clóvis Moura enfatiza o cuidado que se deve ter ao analisar países ou nações pluriétnicos, formados em consequência do colonialismo, como o Brasil, em que há na sua estrutura étnico-racial a população nativa, a colonizadora e aquela trazida para o trabalho escravo. Assim, deve ser levado em consideração todo o sistema de dominação e subordinação criado pelo grupo social dominante como aparelho repressivo tendo a finalidade de organizar a sociedade com base em uma ideologia que essa formação estrutural criou. Afinal, essas populações foram alocadas em espaços escolhidos e delimitados pela força e valores dominantes, estabelecendo papel, função e status para cada população no processo de trabalho. Essa distribuição não foi horizontal, igualitária e nem foi pautada em equidade social, na verdade foi vertical e pautada nos valores da metrópole. Clóvis explica com isso a imbricação entre etnia e status, havendo valores e critérios para determinar a posição de cada grupo, existindo barreiras que impediam qualquer processo de mobilidade social por parte das populações social e etnicamente inferiorizadas. Na base estaria a população negra, indígena e seus descendentes; na parte intermediária os mestiços; e no topo a população portuguesa e seus descendentes. Todo o sistema administrativo, militar e religioso se encontrava programado para a

[35] Professor, cientista social, historiador e ex-ministro da educação e cultura português.

reprodução dos valores dominante, e, mesmo após a abolição, suas consequências podem ser sentidas até os dias atuais.

No Brasil, a população portuguesa, isto é, a colonizadora, até o século XIX sempre foi menor do que a população dominada. Tanto que, segundo Arthur dos Ramos, de 1884 a 1944, apenas 1.227.304 indivíduos portugueses entraram no Brasil (Moura, 1994). Com isso, para que fosse possível preservar seu status social era necessário que o aparelho de dominação, seja militar ou ideológico, executasse a repressão a qualquer manifestação contra os valores dominantes de maneira completamente violenta. Essa estrutura exerceu mecanismos de dominação que criou barreiras de dominação étnica, onde foi reproduzido critérios para julgar os brancos e os não-brancos, os homens livres e os escravos, impedido com todas as suas forças a ascensão de escravos, senão de forma extralegal. Mesmo as alforrias não conseguiram margem variável nesse momento, pois a metrópole privilegiou os dominadores com a concessão de terras, ao ponto de suas consequências seguirem fixas durante os anos que se passaram:

> Até hoje, através dessa estratégia do monopólio inicial da terra e de poder os descendentes das suas linhagens não sofreram nenhum processo significativo e desarticulador, nenhum processo de compreensão jurídica, social e cultural capazes de desarticulá-los estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônios e status quase inalteráveis no polo dominador (Moura, 2014:185, 186).

A segunda obra que será abordada, *Lugar de negro* (1982), de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, trata de um período mais recente da história brasileira, onde ainda podemos ver as consequências da reprodução dos valores dominantes observados em Clóvis Moura. O texto evidencia que a "nova ordem" estabelecida pelos militares no golpe de 64, através do "novo modelo econômico" na aniquilação do modelo anterior, impôs a pacificação na sociedade civil. No entanto, Lélia Gonzalez se atenta a observar que essa pacificação não era destinada para a melhoria das condições de vida de todas as populações, tampouco da população negra, bastando um breve retorno à história de nosso país para entender que essa palavra não possuía o mesmo sentido para um empresário de um bairro nobre e para um garoto negro de dezesseis anos que mora em uma favela: "E a gente sabe o que significa esse termo na história dos povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê pacificação, entende-se repressão" (Gonzalez;

Hasenbalg 1982:11). Essa repressão se efetivaria na busca da promoção da "paz nacional", que atacaria as ligas camponesas, buscando aniquilar as guerrilhas urbanas, prendendo pessoas que minimante contrariassem ao regime, havendo desaparecimentos em todo o país e os banimentos em diversos setores, formando um "pano de fundo" para firmar uma pseudo-paz no Brasil. Com isso, a caracterização do dito milagre econômico se deu pela criação de uma quimera, a tríplice aliança: a belíssima união entre o Estado (regime militar), as empresas multinacionais e o empresariado nacional. Diante disso, se faz óbvio que o rosto do milagre econômico não era negro. Tal invenção acabou saindo bastante caro ao trabalhador, afinal a dívida externa explodiria em breve em seus braços. Lélia ressalta que, durante o milagre, a massa, e isso inclui a grande população negra do país, foi excluída, usada, atacada e explorada. O negro participava do mercado de trabalho industrial, em sua maioria, pelas pequenas empresas, sendo estas engolidas pela entrada do capital estrangeiro causando a desnacionalização industrial. No campo, com o desaparecimento da pequena propriedade e com o surgimento dos grandes latifúndios patrocinados e apoiados pelo Estado, o trabalhador, fugindo da miséria, teve que se deslocar para as metrópoles. Assim, as cidades não cresceram, mas incharam, surgindo mais favelas e comunidades urbanas. Logo, os grandes empresários do imperialismo multinacional não tiveram dificuldade para encontrar mão de obra barata para os seus grandes projetos do milagre que careciam de uma boa estrutura para os trabalhadores. A ponte do rio Niterói é um desses projetos do regime militar, [36]conhecida como o túmulo do "trabalhador-desconhecido", pelo enorme número de vítimas mortas durante a sua construção. Grande parte da mão de obra desses projetos eram negros e trabalhadores que desceram do Norte para o sul. A figura do trabalhador negro era frequentemente vista nas atividades de prestação de serviços, principalmente em trabalhos que não precisavam de qualificação profissional. Por isso, diz Lélia, não havia tão expressiva participação de mão de obra negra num tipo de polo industrial como o do ABC paulista (Gonzalez; Hasenbalg, 1982), e com o arrocho salarial, a massa trabalhadora teve uma

[36] A estrada Transamazônica, as hidrelétricas de Itaipu e Balbina, as usinas nucleares de Angra dos Reis, fazem companhia a Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio niterói, como obras faraónicas do governo militar. Tais obras trouxeram sérios danos socioambientais, seja com as mais de 100 mortes e 40 mil acidentes na hidrelétrica de Itaipu, os demais acidentes ocorridos nas demais construções e os danos causados no meio ambiente.

queda drástica no nível de vida, mesmo que em 1976 cerca 80% da força de trabalho era desempenhada por trabalhadores das atividades manuais, rurais e urbanas. No entanto, engana-se aqueles que pensam que com o aumento da participação do negro no mercado de trabalho significaria melhor qualidade de vida, afinal, o pobre só participava na renda nacional 11% em 1976 (diminuição de 7% em comparação com 1960).

Lélia enxerga que o condicionamento psicológico realizado por uma população dominante, com uma ideia de humano, cidadão e trabalhador ideal, sobre a população negra, reutiliza de maneira equivocada e maliciosa a teoria de lugar natural de Aristóteles. Como vimos em Clóvis Moura, a autora enfatizou que desde o período colonial seguindo até a época em questão discutida, houve uma separação quanto ao espaço físico ocupado pelos dominados e os dominadores. O lugar do dominado é colocado pelo dominador, o oposto do que é o seu. Se um mora na casa grande, em condomínios de luxo, em residências situadas nos mais belos cantos da cidade, o outro mora em senzalas, em favelas, periferias, em regiões sem saneamento básico, e como já dito antes em relação as favelas e comunidades urbanas para o IBGE, a manutenção é realizada pela própria comunidade sem o apoio efetivo do Estado. Como bem evidenciado por Clóvis Moura, a repressão violenta também se faz presente para Lélia. A polícia, que deveria proteger a população (e realmente protege, mas apenas a população dominante), é um instrumento de repressão violenta e amedrontadora para a população dominada, consequentemente, diz Lélia, que "é por que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios" (Gonzalez, 1982). Tudo isso tem como objetivo principal o impedimento de qualquer organização, união e comunidade de resistência do grupo dominado, enquanto usava dessa população como mão de obra barata de reserva e como bode expiatório para problemas que possuem as suas raízes na estrutura criada pela população dominante, como a violência e as crises econômicas. Enquanto milhares de pessoas eram mortas e jogadas em valas nas comunidades, os setores da população dominante davam apoio ideológico para o "milagre", impulsionando produtos e vendendo os seus valores em redes de televisão e rádio. Até os dias atuais, ainda é propagado o golpe militar de 1964 como "revolução de 1964" e os programas criados na época para promover o governo, como "A voz do Brasil", ainda são heranças ativas desse período sangrento de nossa história.

Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais
v. 6, n. 2, 1º semestre/2026
ISSN 2764-7854

2. AS TENTATIVAS DE APAGAMENTO VIOLENTO DAS VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS

Como virmos tanto em Lélia Gonzalez quanto em Clóvis Moura, suas ideias seguem por lógicas conceituais não comuns de seus tempos, seja academicamente, seja pela população brasileira no geral. Clóvis Moura sintetizou em *Rebeliões da Senzala* a história da resistência ao escravismo no Brasil, em um momento em que os cientistas sociais conservadores, como Gilberto Freyre, eram a grande influência nos estudos das relações raciais da época, e, no entanto, Moura contrariou as teorias destes. Ainda em *Dialética radical do Brasil negro,* o autor criticaria a tendência neoliberal em não levar em consideração os conflitos entre senhor e escravizado, bem como as teorias que tentavam provar uma inexistência de barragens sociais e étnicas permanentes contra o escravo, que ocorria mesmo após a libertação, onde esse sujeito que faz parte de uma população vista como inferior pela população dominante não estaria livre dessas barragens. Partindo dessas negações, as teorias dos cientistas sociais tentariam provar que:

> Família escrava existia com os mesmos valores e estabilidades atuais, ou seja, a família nuclear, monogâmica, de acordo com os padrões de legitimação do tempo (casamento religioso via Igreja Católica); b) a existência de um vasto espaço negro de negociações (o termo é usado por esses cientistas sociais como se houvesse possibilidade de negociação sem igualdade de direitos), no qual senhores e escravos podiam conviver, nessa conjuntura, sem grandes conflitos; c) essa população escrava adaptava-se total ou significativamente a essa convivência o que lhe permitiria, inclusive, criar uma cultura da escravidão, transformando-se em uma unidade acima das contradições do sistema, em uma unidade cultural neutra ou pelo menos adaptada aos padrões escravistas (Moura, 2014: 41, 42).

O que se observa aqui é algo de uma violência extrema, a tentativa de apagamento da memória de resistência do negro e das demais populações tidas como inferiores e forçadas à escravidão. A resposta de Clóvis se volta a explicitar a existência dos mecanismos já citados e demostrar, como já o fizera em *Rebeliões da Senzala*, que houve fugas e resistência por parte dos escravos. Isto se deu pois o aparelho administrativo foi montado com dois objetivos principais: a defesa da coroa e a segurança dos senhores das insurgências negras escravizadas.

Para tanto, o aparelho não precisaria ser tão violento se não houvesse resistência. Durante todo o período do escravismo pleno (1550 a 1850) o negro esteve em conflito direto com os senhores e autoridades. Houve sim escravos que não fugiam ou resistiam aos mecanismos, mas não eram todos, pois como disse Moura (2014: 44): "Ora, se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão segundo os critérios de concessão do senhor, então, como diria Marx, a história pararia". Assim, o grande erro desses autores seria o de buscar encaixar as estruturas das análises realizadas nos Estados Unidos no contexto brasileiro, universalizar os particulares e reproduzir valores que ainda enxergam o negro como conformista, preguiçoso e culpado por tudo que lhe ocorreu, ou pior, optou por escolher que assim fosse.

Lélia Gonzalez toca em questões esquecidas ou não trabalhadas na academia durante a ditadura militar. Comumente nos lembramos das músicas de Chico Buarque e Caetano Veloso, mas ainda pouco falamos da situação experienciada pela população negra nesse momento. A alta inflação, os baixos salários, o desemprego, a falta de saneamento básico e a fome, tudo isso fez e faz parte da realidade de muitos negros no país. O preconceito e a imposição de um patamar inferior a essa população é uma questão ainda no século XXI, mas já em 1983, foi exposto um grito ao Partido dos Trabalhadores (PT), um grito de uma população que "não tem vez nem voz". Em um artigo publicado na *Folha de S. Paulo* 51, em 13 de agosto de 1983, Lélia Gonzalez criticaria o programa de TV do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentado em rede nacional. Entre os dez temas discutidos e apontados pelo partido, a situação do negro no Brasil e o racismo não foram incluídos no programa. A autora apontou tal ação como "racismo por omissão", aspectos da ideologia do branqueamento. Tal acontecimento aponta para o que foi visto antes, a não discussão sobre a situação das populações colocadas como inferiores na história de nosso país. Como apontou Carlos Hasenbalg (& Gonzalez, 1982: 105): "No registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade". Esse sujeito é imposto em lugar espacial e ideológico inferior, onde mecanismos de ataques, sejam físicos ou psicológicos, se impõem e o imobilizam frente ao "humano", ao padrão, à criação de Deus. Qualquer tentativa de saída dessa situação, assim como visto em Clóvis Moura com os cientistas sociais conservadores, pode ser distorcida para atacar esse sujeito. Esse apagamento também

pode ser observado na exclusão ou branqueamento de negros em diversas áreas, como na literatura (um exemplo é o famoso caso de Machado de Assis), nos programas de rádio e televisão (onde o apresentador ou apresentadora deve falar, se vestir e se comportar conforme a "maneira correta", e em um país como o nosso, sabemos que a maneira correta não é a maneira negra de agir, falar, pensar e questionar). Isso que vimos até agora se trata da principal característica do racismo brasileiro, o seu caráter colonial, o adestramento do outro. Assim, como explica Antônio Bispo dos Santos, se trata do apagamento, pela exclusão e silenciamento de uma memória para que outra, a herança e o desenvolvimento dos valores coloniais europeus, seja posta em seu lugar.

3.EXPRESSAR E RESISTIR

Durante todos esses anos, o negro no Brasil resistiu às mais diversas formas de opressão dirigidas a ele, seja por um preconceito enraizado ou direto à sua pessoa. Luiz Melodia, ator, cantor, poeta e compositor brasileiro, disse em uma fala usada no documentário *Luiz Melodia, no Coração do Brasil* de que forma o negro era tratado pela indústria musical, que muitas vezes o usava como fonte de dinheiro e depois o deixava de lado: "O negro desce do morro, tem que ser sambista. Eu devo ter incomodado". Mesmo tendo gravado samba, soul, rock, blues, choro, bossa nova, baião e xote, além de ter atuado como ator em diversos filmes e documentários, o cantor ainda é reconhecido como "sambista" ou "cantor de samba" pela mídia. Tal fala não tem a intenção de afirmar que o negro, ao alcançar visibilidade, tem por acabada a sua luta, pelo contrário, busca evidenciar a liberdade de expressar seu pensamento pelas artes e pelos mais diversificados canais de comunicações, mesmo que neles predomine a cultura dominante, pois é entrando em espaços dominantes que podemos contra-atacá-los. Isto é, fazer com que o dominante reproduza sem perceber práticas que ataquem à dominação.

Usando de diversas formas de expressão, como grafite, poesia, literatura, artes, artesanato, teatro, performances e a música, sendo esta última o foco principal desse tópico, a comunidade negra confluí e compartilha as suas vivências e orgulhos, mas também busca através do seu testemunho criticar as formas de opressões contra ela cometidas. Edson Gomes, renomado cantor e compositor de reggae, de origem baiana, com mais de cinquenta anos de carreira, é conhecido por suas letras que abordam temas

existenciais e sociais. A música *História do Brasil*, do álbum *Reggae Resistência* de 1988, período em que o país ainda vivia de maneira explicita todos os problemas apontados por Lélia Gonzales, busca abordar a história do Brasil sob uma visão crítica, evidenciando a desigualdade social e a marginalização do povo negro. Em seus versos, Edson Gomes narra a desterritorialização e a quebra da identidade do afrodescendente através do processo violento de escravização, cujas consequências seriam vistas no papel colocado sobre o negro em nossa sociedade. O cantor diz:

> Por isso é que a gente não tem vez; por isso é que a gente sempre está do lado de fora (oh); por isso é que a gente sempre está lá na cozinha (oh nanana); por isso é que a gente sempre está fazendo o papel menor; o papel menor; o papel menor, ou o papel pior (Edson Gomes, 1988).

Já em 1982, Sandra de Sá lança no álbum que leva o seu nome a música "*Olhos coloridos*", composta pelo cantor e compositor Macau, que escreveu a música após ser preso injustamente Polícia Militar do Rio de Janeiro em uma exposição de escolas públicas no Estádio de Remo da Lagoa. Nessa música, a autoaceitação e o orgulho das características físicas do negro demonstram em seus versos a resistência ao racismo da sociedade dos anos de 1980. Os trechos que fala sobre risadas da pele, da cor, do sorriso e das roupas do eu lírico, possuem ligação direta com a abordagem policial racista realizada contra Macau na década de 1970, e consequentemente a dor sentida por ele nesse momento. No trecho "Os meus olhos coloridos me fazem refletir; eu estou sempre na minha e não posso mais fugir" (Sandra de Sá, 1982), ressalta que o eu lírico nada fez para assim ser tratado, e mesmo nada fazendo algo infringiu. Ora, se nada ele fez e, mesmo assim cometeu um "erro", para aquele que o julga errado ou inferior, sua própria existência é um erro.

Em 2002 é lançada a música "*Jesus Chorou*" no álbum "*Nada Como Um Dia Após o Outro Dia*" dos Racionais MC's, narrando as dificuldades do eu lírico que mora na favela, que ao alcançar o sucesso é visto por alguns como um traidor. A música ainda cita figuras como Malcom X, Marvin Gaye, Sabotagem, 2Pac, Bob Marley como pessoas que brigavam por justiça, sendo por isso admiradas pelo eu lírico. Em outras canções, o grupo, cujos integrantes recentemente receberam o título de Doutor Honoris Causa pela UNICAMP, também fala da falta de oportunidade para o jovem e as suas consequências, sobre desigualdade social e violência nos presídios. No mesmo álbum na faixa "*A Vida é Desafio*", os versos "Várias famílias, vários barracos; uma mina

grávida; e o mano tá lá trancafiado; ele sonha na direta com a liberdade; ele sonha em um dia voltar pra rua longe da maldade; e a cidade grande é assim; você espera tempo bom e o que vem é só tempo ruim" (Racionais M´s, 2002), narra a realidade do sujeito marginalizado pelo sistema, que tendo de escolher entre sonhar e sobreviver, escolhe sobreviver através do crime. Isso se dá, pois esse sujeito não possui as mesmas estruturas que a população dominante. Ainda na mesma música podemos ver uma inversão dos valores absolutos: "Vi Jesus de calça bege e o Diabo vestido de terno" (Racionais MC´s, 2002), enfatizando que o mal na realidade usa vestimentas tidas como "social", "arrumadas" e de "luxo". Por outro lado, Jesus Cristo usaria o uniforme penitenciário.

No álbum "*No rastro de Catarina*", Cátia de França, conhecida por "*Vinte palavras ao redor do sol*" de 1979, retorna com músicas como *"Negritude*", "*Espelho de oxalá"* e "*Em resposta*", onde a compositora mescla o orgulho da resistência do negro, a fé e o retorno à ancestralidade. No entanto, suas letras não deixam de evidenciar as desigualdades sociais e os desafios de sua vida. Na faixa "*Em resposta*", o trecho "Seu nome é irrelevante, bastante é a ironia, cortar a torta disse é que é lugar, quem anda na corda bamba todo dia, repito que só falei pra quem saiba mensurar", evidencia o desprezo de um lugar que através do "não" foi imposto ao eu lírico. Em "*Negritude*" é lançada uma celebração de orgulho por toda resistência do povo negro brasileiro, do subjetivo ao coletivo; a compositora explora com beleza a força ancestral que acolhe e impulsiona o movimento negro no Brasil: "hoje é uma força; minha negritude." (Cátia de França, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que Antônio Bispo dos Santos, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Luiz Melodia, Edson Gomes, Sandra de Sá, Macau, Racionais MC's e Cátia de França, tenham tido formações diferentes, morando em lugares diferente e em contextos regionais e históricos diferentes, as suas trajetórias, lutas e vidas, possuem um ponto de congruência importantíssimo no enfrentamento à exploração, marginalização e opressão do negro no Brasil: o enfrentamento e a resistência pela união e expressão. Os escritos de Antônio Bispo eram muitas vezes direcionados às academias, para que o pensamento contracolonial, a ancestralidade de seu povo e todas as injustiças contra as vidas e a terra, fossem debatidas no manto do colonialismo, a universidade. Lélia Gonzalez e Clóvis Moura foram alguns dos fundadores do Movimento Negro

Unificado (MNU), em 1978, além dos seus importantes estudos sobre cultura negra, gênero, classe, raça e escravismo no Brasil. Lélia ainda desenvolveu conceitos como "amefricanidade" e "pretuguês", que são importantíssimos para entender e compreender a identidade e a cultura afro-brasileira. Os demais artistas já falados, desenvolveram o debate acerca das injustiças sociais, com ênfase naquelas cometidas contra a população negra, demonstrando que o enfrentamento aos discursos de ódio, formas de retaliação e repressão da liberdade e da existência do negro, é possível através da união, da organização, do olhar e do ouvir. Com a união, a resistência às tentativas de apagamento, fragmentação e esquecimento se torna mais forte.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA, Cátia de. No rastro de Catarina. São Paulo: Independente, 2024. 1 disco sonoro (streaming).
- _____. Vinte palavras ao redor do sol. Rio de Janeiro: EMI, 1979. 1 disco sonoro (streaming).
- GOMES, Edson. Reggae Resistência. Salvador: Independente, 1988. 1 disco sonoro (streaming).
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (Org.). A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- MELODIA, Luiz. Luiz Melodia, No Coração do Brasil. Direção: Alessandra Dorgan. Produção: Embaúba Filmes, 2024. 1 vídeo (streaming).
- MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- _____. Dialética radical do Brasil negro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.
- OLIVEIRA, Dennis de. Apresentação. In: MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014. p. 15-22.
- OLIVEIRA, Rafael de Mesquita; XIMENES, Kaio Rodrigues; AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. *Colonização, adestramento do outro e contracolonialismo em*

Nêgo Bispo. In: SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE, 30., 2025, Fortaleza. Anais eletrônicos. Fortaleza: Editora da UECE, 2025. Disponível em: https://semanauniversitaria.uece.br/anais/paginas/trabalhos.jsf. Acesso em: 30/12/2025.

- RACIONAIS MC's. Nada Como Um Dia Após o Outro Dia. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 1 disco sonoro (streaming).

- SANTOS, Antonio Bispo dos; GOLDMAN, Marcio. Cosmopolítica e Cosmofobia: Diálogos entre Antonio Bispo dos Santos e Marcio Goldman. Revista Calundu, Brasília, v. 8, n. 1, p. 90- 104, jan.-jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v8i1.55156.

- _____. A terra dá, a terra quer. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2024.

- SÁ, Sandra de. Sandra de Sá. Rio de Janeiro: CBS, 1982. 1 disco sonoro (streaming).